

EDITORIAL

No ano em que se evoca o bicentenário da Revolução Liberal e pelas suas importantes ligações à Grã-Bretanha, o presente número da *REAP/JAPS*, de 2020, será, pela primeira vez na história da Revista, um número temático dedicado exclusivamente às relações luso-britânicas ao tempo do liberalismo, mais precisamente da Revolução de 1820 à Restauração da Carta Constitucional, em 1842.

Assim, impõe-se, desde logo, chamar a atenção para o papel desempenhado pela imprensa portuguesa sediada em Londres, onde os exilados, seguindo, em grande medida, o modelo parlamentar britânico, tentavam divulgar as ideias liberais, bem como as vantagens de estabelecer uma monarquia constitucional. Neste contexto, o artigo de Eurico Dias – “Simbioses e Influências Britânicas na Imprensa Periódica Portuguesa (1808-1826)” – sublinha a acção desempenhada por estes periódicos na preparação das mentalidades para a mudança que se avizinhava, num contexto histórico-político anterior e contemporâneo da Revolução de 1820. De entre os títulos porventura mais emblemáticos, destacam-se o *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, *O Investigador Portuguez em Inglaterra* e *O Portuguez ou Mercurio Politico*, bem como os articulistas Hipólito José da Costa, José Liberato Freire de Carvalho e João Bernardo da Rocha Loureiro.

A longa ausência de D. João e da Corte no Brasil permitira a ascensão de William Carr Beresford (1768-1854) em Lisboa, após a libertação definitiva de Portugal da ocupação das tropas francesas. De facto, no fim das Guerras Napoleónicas, Beresford voltou a Portugal para reassumir o comando do exército português, mas não se limitou a desempenhar esse papel, pretendendo intervir também na política geral do país. Nesse sentido, decidiu ir ao Rio de Janeiro procurar o apoio que desejava, regressando a Lisboa, em 1816, investido por D. João VI de amplos poderes, o que lhe trouxe vários problemas com a Regência. Passando a usufruir de uma posição de chefia que o sobrepunha aos governantes portugueses, Beresford teria dado ordens para que fossem capturados não só todos os suspeitos de jacobinos, mas também os alegados conspiradores que planeariam expulsar do país o Marechal britânico e, até, instaurar em Portugal um regime constitucional com uma Carta idêntica à que havia sido conferida a Espanha, em

Cádiz, em 1812. De facto, o “Supremo Conselho Regenerador e Após a Derrota Definitiva de Napoleão Bonaparte (1815), de Portugal e do Algarve”, integrando oficiais do Exército e maçons, visava introduzir o liberalismo em Portugal, expulsar os britânicos do controlo militar do país e promover a “salvação da independência” da pátria. Acusado de déspota, de brutalidade e de intromissão em assuntos nacionais, Beresford foi alvo do ódio que se fazia sentir em Portugal contra a altivez e a arrogância britânicas. Para se defender de um eventual ataque, em Maio de 1817, o Marechal teria organizado uma operação em Lisboa para aprisionar os presumíveis suspeitos, entre os quais se contava Gomes Freire de Andrade e Castro (1757-1817), acusado de conspirar contra a monarquia de D. João VI, então representada em Portugal pela Regência, sob o governo militar de Beresford. Após ter combatido na Legião Portuguesa, Freire de Andrade regressara a Portugal, onde foi perseguido, preso, julgado e condenado à morte. Depois de enforcado na Torre de São Julião da Barra, o seu corpo foi queimado em praça pública e os seus restos mortais lançados ao mar. Os outros alegados conspiradores foram enforcados e queimados no Campo de Santana (hoje Campo dos Mártires da Pátria). Este episódio, que intensificou o ódio antibritânico entre os liberais, foi recriado na peça histórica *Felizmente Há Luar!* (1961), de Luís Sttau Monteiro (1926-1993), constituindo objecto de estudo no artigo da autoria de Rogério Miguel Puga, intitulado “A Mitificação Negativa de Beresford e a Representação Carnavalesca de Interesses Anglo-Portugueses em *Felizmente Há Luar!* (1961), de Sttau Monteiro”. Do mesmo autor são duas recensões críticas a obras que se integram nos Estudos Anglo-Portugueses, conferindo alguma ou total importância a esta figura. Trata-se de *O Cemitério dos Ingleses, Elvas* (2019), onde se encontra um capítulo dedicado à acção do Marechal britânico em Portugal e, sobretudo, a sua recente (e muito esperada) biografia, *Marshal William Carr Beresford: ‘The Ablest Man I Have Yet Seen With the Army’* (2019), assinada por Marcus de la Poer Beresford. Na recensão crítica a esta obra destaca-se, no âmbito temático do presente número da Revista, o facto de Marcus Beresford defender que o seu ilustre antepassado não teve qualquer envolvimento na perseguição e posterior condenação

à morte de Gomes Freire de Andrade, posição que contraria a historiografia portuguesa em geral e, sobretudo, a dramatização do episódio por Sttau Monteiro, atrás referido. Por uma feliz coincidência, Marcus de la Poer Beresford presenteou este número da Revista com um artigo da sua autoria – “Marshal William Carr Beresford and the Return to Portugal of the Portuguese Royal Family (1814-1830)” – no qual defende claramente a sua tese, assente no facto de Beresford não ter tido qualquer responsabilidade na morte dos conspiradores. Este texto traz muitas outras novidades sobre a relação de Beresford com Portugal, nomeadamente o seu regresso ao país depois de 1820, a relação de confiança mútua estabelecida com D. João e, ainda, as ligações que continuou a manter tanto com absolutistas como com liberais até ao início da Guerra Civil, o que, de certa forma, protagonizou a atitude de Londres face a Lisboa durante o mesmo período.

O regime liberal instaurado em 1820 não satisfazia os sectores mais conservadores da população, os quais reclamavam a restauração do absolutismo. À frente dos descontentes encontravam-se a Rainha D. Carlota Joaquina e o seu filho D. Miguel, que se recusaram a jurar a Constituição de 1822. Assim, em 1823, o levantamento absolutista ocorrido no Norte do país, animou o partido da Rainha e do Infante a revoltar-se. No dia 27 de Maio de 1823, deu-se a Vila-Francada, com vivas à monarquia absoluta, e decerto que mãe e filho projectavam a abdicação de D. João VI, que se mantinha fiel à Constituição que jurara. Contudo, o Monarca obrigou D. Miguel a submeter-se-lhe, as Cortes dispersaram-se, vários políticos liberais partiram para o exílio e o regime absolutista foi restaurado, embora D. João VI tivesse impedido a ascensão ao poder da facção mais radical, mantendo uma posição moderada. D. Carlota, D. Miguel e os seus apoiantes continuaram a conspirar e cerca de menos de um ano depois eclodiu uma nova revolta absolutista, a Abrilada, em 30 de Abril de 1824, que resultou no exílio do Infante D. Miguel em Viena e no de D. Carlota no Palácio de Queluz. Após a morte do pai (ocorrida em Março de 1826), D. Miguel regressou a Portugal, onde reinou entre 1828-1832. Estes episódios, sucedidos entre 1823 e 1826, foram ficcionalizados num romance histórico britânico

sobre a vida de D. Carlota, o qual constitui objecto de estudo no artigo de Gabriela Gândara Terenas, intitulado “*Never a Saint: D. Carlota Joaquina Protagonista de Episódios das Lutas Liberais num Romance Histórico Britânico*”. Na recensão crítica à recente obra de Malyn Newitt, *The Braganzas. The Rise and Fall of the Ruling Dynasties of Portugal and Brazil, 1640-1910* (London: Reaktion Books, 2019), a autora confere também especial atenção aos membros da dinastia de Bragança cujas vidas se enquadram no período em análise neste número: D. João VI e os seus filhos, D. Pedro e D. Miguel.

Através do esboço biográfico de um heróico oficial anglo-português, dedicado à causa liberal, mas pouco conhecido até agora, “Tomás Guilherme Stubbs (1776-1844), Oficial do Exército Português de 1800 a 1844”, Rui Moura relata-nos alguns dos episódios mais importantes, do ponto de vista das relações luso-britânicas, no período em apreço, nomeadamente a defesa da cidade do Porto, em 1826, com o apoio britânico, aquando da tentativa de restauração do absolutismo levada a cabo por regimentos realistas que haviam desertado para Espanha; a sua participação, com outros emigrados em Inglaterra, na “Belfastada” (1828); e a sua acção, ao lado de Saldanha, durante o cerco do Porto (1833). O fracasso da “Belfastada” obrigou a novo exílio dos liberais que haviam participado na tentativa de restaurar o regime constitucional. Entre eles encontrava-se o oficial Pereira do Lago, cuja expatriação em Inglaterra constitui objecto de estudo do artigo de Maria Zulmira Castanheira, intitulado “Exílio e Escrita de Viagem ao Tempo do Liberalismo: a Experiência do Brigadeiro António Bernardino Pereira do Lago em Inglaterra: Ver e Aproveitar”, o qual se centra na forma particular como este emigrado viveu a sua experiência, contada ao estilo de um relato de viagens, no qual sobressai a grande admiração que demonstra pela liberdade então vigente no país de acolhimento, por oposição ao regime opressivo imposto por D. Miguel em Portugal.

Para além dos artigos especificamente dedicados à temática do presente volume da REAP/JAPS, devem ainda referir-se a recensão de Teresa Pinto Coelho à obra de Cláudia Pazos Alonso, *Francisca Wood and Nineteenth-Century Periodical Culture. Pressing for Change* (Oxford: Legenda, 2020) e o projecto apresentado por Miguel Alarcão sob o

EDITORIAL

título “*As Cartas de Inglaterra* (1973) de D. Pedro Homem de Mello (1904-1984)”. A recensão crítica diz respeito à acção de uma mulher anglo-portuguesa, Francisca Wood, na imprensa lusa da segunda metade de Oitocentos. Embora esta figura já tenha constituído objecto de análise no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses, Teresa Pinto Coelho sublinha, na obra de Cláudia Pazos Alonso, o facto de Wood ter constituído um exemplo da primeira vaga de feminismo na Europa, nomeadamente ao abordar, nos seus editoriais, assuntos como as relações de género, a educação feminina e os direitos políticos das mulheres. Evidenciando novos dados, desconhecidos até agora e descobertos por Pazos Alonso, sobre a vida do casal Wood em Lisboa e da actividade jornalística de Francisca, a autora assinala o facto de esta anglo-portuguesa se inserir numa rede transnacional constituída por figuras europeias e norte-americanas defensoras dos direitos das mulheres. Por seu turno, o projecto apresentado por Miguel Alarcão sugere novos trabalhos a realizar no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses, nomeadamente a análise de cinquenta e um poemas, da autoria de Pedro Homem de Melo, evocativos de personalidades, ambiências e espaços britânicos, bem como as origens do ensino-aprendizagem da língua inglesa e dos estudos anglísticos em Portugal, através de escolas, colégios e universidades, tendo como ponto de partida o Instituto Britânico em Portugal, a cuja fundação Homem de Melo esteve ligado.

O presente número é dedicado à memória do querido e saudoso Prof. Doutor António Bernardo Lopes, da Universidade do Algarve, que nos deixou porventura cedo demais e quase sem aviso. Assíduo colaborador da *REAP/JAPS* e membro da sua comissão redactorial, bem como participante activo em vários grupos de investigação do CETAPS, António Lopes, para além de um entusiasta pelos Estudos Anglo-Portugueses era, acima de tudo, um colega exemplar e um grande investigador. Deixa excelentes recordações entre os seu pares e a promessa de uma carreira académica de grande sucesso.

Outubro de 2020
Gabriela Cândara Terenas